

R. 28

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o corredor **Diogo Baptista Leite Penafort Amaral, com a licença n.º 28181, da modalidade BTT, sem equipa**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia 05/04/2009, com o código “Metralha”, e que acusou a presença da substância proibida *cannabinoids*.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 15º, do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC, adiante RCA-UVP/FPC), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido e se procedeu, *inter alia*, à sua audição.

O Arguido não respondeu à nota de culpa, nem apresentou qualquer requerimento probatório.

Aquando da sua inquirição, confessou imediatamente a prática dos factos que lhe eram imputados e mostrou-se arrependido. Disse, em suma, que não sabia que se tratava de uma substância proibida pelas regras antidopagem e que a tomou num contexto meramente social, entre amigos, e não com o intuito de melhorar o seu rendimento desportivo.

Posto isto, cumpre apenas analisar se o Arguido praticou, ou não, algum acto de dopagem.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Disciplinar), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Com base nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem (amostras A e B) e na confissão do Arguido, considera-se provado que este inalou a substância proibida *cannabinoids* (v. fls. 8, 12, 20 e 21).

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho e do artigo 1º do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC (adiante RCA-UVP/FPC), sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria veterano). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão de seis meses a dois anos.

III. CONCLUSÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção.

Neste caso, a conduta do Arguido é-lhe imputada, pelo menos, a título de negligência. Com efeito, os ciclistas, mesmo não sendo profissionais, se participam em provas oficiais, submetendo-se, conseqüentemente, ao controlo antidopagem, não podem desconhecer a listagem de substâncias proibidas. De resto, esta listagem encontra-se acessível ao público em geral, através do sítio da UVP-FPC na internet, pelo que, não há qualquer justificação para o seu desconhecimento.

Não obstante, como sabemos, o *cannabinoids* é uma droga que provoca o relaxamento do sistema nervoso, pelo que, o seu consumo está mais associado à vivência social do que propriamente à actividade desportiva, dado que os seus efeitos em nada potenciam o rendimento do atleta. Assim sendo, concluímos que o fito do Arguido não foi, de facto, potenciar o seu rendimento desportivo, pelo que, este facto deverá ser tido como uma atenuante na determinação da medida da pena.

R. 30

A favor do Arguido, deve ainda ser invocado o facto do mesmo ter confessado a infracção e se ter mostrado verdadeiramente arrependido. Será também de ponderar na medida da pena a circunstância deste ser primário e de não ser um ciclista profissional.

Assim sendo, considerando quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido da seguinte sanção:

- Desqualificação na "1.ª Prova DHI", com a consequente perda do primeiro lugar na classificação que havia alcançado, e;
- Seis meses de suspensão (Início: 03.07.2009; Termo: 03.01.2010).

Lisboa, 14 de Agosto de 2009

O Instrutor,





UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO

1.31

Processo n.º05/09

DECISÃO EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou, em 03.07.2009, contra o ciclista Diogo Baptista Leite Penafort Amaral processo disciplinar, no seguimento de uma participação efectuada pelo UCI, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia 05/04/2009, com o código "Metralha", e que acusou a presença da substância proibida *cannabinoids*.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final (v. fls. 28 a 30 do Processo Disciplinar) que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer integrante da presente decisão.

UTILIDADE
PÚBLICA
23-12-1927

UTILIDADE
PÚBLICA
DESPORTIVA
07-10-1994

De acordo com o relatório final de inquérito, a conduta do Arguido consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 1º, do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho e do artigo 1º do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC (adiante RCA-UVP/FPC), sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC (em virtude de se tratar de ciclista da categoria veterano). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão de seis meses a dois anos.



Assim sendo, considerando quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido da seguinte sanção:



- Desqualificação na "1.ª Prova DHI", com a consequente perda do primeiro lugar na classificação que havia alcançado, e;
- Seis meses de suspensão (Início: 03.07.2009; Termo: 03.01.2010).





UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO

1.32

Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito..

Lisboa, 9 de Outubro de 2009

O Conselho Disciplinar

João Santos
Miguel Sousa Amorim
João Pedro Lopes

UTILIDADE
PÚBLICA
23-12-1927

UTILIDADE
PÚBLICA
DESPORTIVA
07-10-1994



COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL



CONFEDERAÇÃO DO DESPORTO DE PORTUGAL

